

A FIGURA DO MESTIÇO NAS *DÉCADAS DA ÁSIA*, DE JOÃO DE BARROS

Helder Garmes*

Resumo: Se é fato que a própria palavra “mestiçagem” nem era empregada no século XVI, não é menos verdade que o uso que se fazia da palavra “mestiço” em vários textos do período nos leva a essa noção. É evidente que seu sentido não é, a rigor, aquele que lhe é atribuído contemporaneamente por antropólogos ou historiadores, mas é muito provável que guarde alguma relação com esse. É sobre a busca dessa relação que o presente trabalho se debruça, tomando por base alguns trechos de *Décadas da Ásia*, de João de Barros.

Palavras-chave: João de Barros. Literatura portuguesa. Mestiçagem.

O HUMANISTA JOÃO DE BARROS

■ **U**m dos maiores cronistas portugueses, João de Barros nasceu em Viseu, na Beira Alta, em 1496, e morreu em sua Quinta de São Lourenço de Litém, próxima a Pombal, em 21 de outubro 1570. Nos Paços da Ribeira exerceu as funções de moço de guarda-roupa do príncipe D. João. Logo que esse é coroado como D. João III, em 1521, João de Barros passa a ser estimulado no caminho das letras e no ano seguinte já publica sua novela da cavalaria *Crônica do Imperador Clarimundo*. Em 1525, após uma viagem a Mina, na Guiné, África, é designado em Lisboa como tesoureiro das Casas da Índia, Mina e Ceuta. Publica, em 1532, o texto *Ropica Pnefma* e no ano seguinte torna-se feitor da mesma Casa da Índia, cargo que ocupará até 1567. É durante o exercício de tal função que irá publicar suas *Décadas da Ásia*, junto a outros escritos de menor fôlego, como uma *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja* (1529), *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), *Diálogo da viciosa vergonha* (1540), *Diálogo evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos judeus* (c. 1542-1543), entre outros textos. Nos quatro volumes que

* Professor livre-docente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: helder@usp.br

nos legou das *Décadas da Ásia*¹, João de Barros, com a colaboração de Lavanha (que completou volumes por ele inacabados em razão de sua morte), apresenta a história das empreitadas portuguesas no Oriente no período que vai da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1498) à administração do vice-rei D. Garcia de Noronha (1538-1540).

Charles R. Boxer (2002), em sua biobibliografia de João de Barros, procura demonstrar que o cronista português foi verdadeiramente um humanista, inserido no círculo internacional de pensadores que compartilhavam ideias como as de Erasmo de Roterdã, Raymond Sebond ou Henri Cornelius Agrippa, tendo em vista que a corte de D. Manuel e, depois, a de D. João III foram fortemente marcadas pela abertura às novas ideias que então circulavam na Europa – ainda que a Universidade portuguesa tenha se mantido bastante conservadora. Procura defender João de Barros das acusações de diversos historiadores modernos, como as de parcialidade ou de inadequada hierarquização dos assuntos tratados.

Concordamos com a defesa, mas também nos parece evidente que João de Barros falava de um lugar muito preciso, com objetivos também muito precisos, isto é, falava da perspectiva dos interesses da corte portuguesa com a finalidade de legitimar o domínio português sobre as terras conquistadas. É dessa perspectiva que precisa ser lido, sem qualquer demérito para sua obra. É verdade que, eventualmente, também foi crítico desse processo de dominação, mas dentro dos parâmetros aceitáveis para o seu bom andamento.

Um exemplo dessa perspectiva crítica é apresentado por Antônio José Saraiva (1996) em seu texto “Uma concepção planetária da história em João de Barros”, propondo uma leitura que relativiza o eurocentrismo das *Décadas da Ásia*. Ao deparar com a presença extensiva de muçulmanos por todo o Oriente, além de tomar conhecimento da existência de outras culturas milenares, como a indiana ou a chinesa, e esta última tinha os mesmos – ou melhores – recursos técnicos e materiais que aqueles desenvolvidos pelos europeus, João de Barros se daria conta de que nem tudo provinha do classicismo greco-romano – pressuposto de todo humanista. Essa constatação, aliada ao fato de refletir sobre a expansão do império marítimo português a partir de uma perspectiva eminentemente geográfica, que colocava os homens e suas culturas em confronto numa escala mundial, levou-o a uma visão de mundo “cheia de admiração por civilizações não europeias, capaz de aceitar a ideia da exiguidade da Europa e a relatividade da sua civilização, e de considerar, enfim, o mundo de um ponto de vista múltiplo e segundo uma escala planetária” (SARAIVA, 1996, p. 290).

Ao mesmo tempo, portanto, que temos aqui um historiador que compartilha com os interesses da Coroa portuguesa e que fala da perspectiva da cristandade europeia, temos também alguém que consegue perceber que a *diferença* nem sempre é sinônimo de *inferioridade*. No trato com as diferenças raciais, isso tam-

1 Utilizamos para o presente trabalho a edição eletrônica elaborada em 1998 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e pelo Centre for the Study of the Portuguese Discoveries – Oxford, v. 5 da Coleção Ophir, de obras digitalizadas. Notam os editores que a obra “foi concebida como meio de abordagem à edição, ainda incompleta, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, que até agora só chegou à terceira Década (as Décadas 1 e 2 são uma reprodução em fac-símile da edição diplomática de António Baião e Luís F. Lindley Cintra, de 1932-1974; a Década 3 é uma reprodução em fac-símile da 1ª edição de 1563). Com o fim de ajudar o leitor, optamos por uma versão modernizada, tendo seguido, por isso, a única edição completa deste tipo, a de Hernâni Cidade (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945). Desta edição rectificámos os múltiplos erros de transcrição, apoiando-nos em concordâncias tiradas do texto electrónico. Corrigimos também muitos outros passos duvidosos, confrontando-os com as leituras da edição IN-CM ou, no caso da Década 4ª, com as da primeira edição de 1615. Como se sabe, João de Barros não chegou a completar a Década 4ª, cuja primeira edição se deve ao esforço de João Baptista Lavanha, cronista-mor de Felipe III de Espanha. Lavanha reformou o texto do seu predecessor, como ele próprio nos informa, acrescentando muito material novo” (texto de apresentação do DC-Rom). Os editores distinguem o texto de Lavanha, o que nos permitiu também identificar devidamente o texto de João de Barros.

bém pode ser constatado, estando presente em seu texto não apenas a noção de mestiçagem física, mas também a de mestiçagem cultural, de modo semelhante como a entende nos dias de hoje, por exemplo, Serge Gruzinski (2001). É verdade que Gruzinski pensa mestiçagem como a permanência da cultura dominada no seio da cultura dominante, como uma forma de sobrevivência e resistência, enquanto no caso de João de Barros temos exatamente o contrário: a tentativa de tolerar e compreender a cultura do dominado sem abrir mão do lugar de cultura dominante.

Mestiços, pardos e baços

João de Barros diversas vezes se reporta à presença de mestiços, também designados pardos em seu texto. No capítulo “Em que se descreve a terra que jaz entre os dous rios Sanagá e Gâmbia, e do curso deles. E como Pero Vaz Bisagudo, que levou o Príncipe Dom João Bemoí, o matou, mal-dizendo que armava traição, a qual morte el-Rei muito sentiu”, assim se reporta aos povos que habitavam as margens do rio Sanagá:

Este rio Sanagá, per a divisão nossa, é o que aparta a terra dos mouros dos negros, posto que ao longo de suas águas todos são mestiços, em cor, vida e costumes, por razão da cópula, que, segundo costume dos mouros, toda mulher aceitam (BARROS, 1998, 1ª Década, Livro III, Cap. XVIII, p. 100).

É evidente a reação em primeira instância contra os mouros, expresso na figura do homem sem pudor, que aceitaria se relacionar sexualmente com qualquer mulher, o que acaba por desqualificar mais os negros, isto é, as mulheres negras, que não seriam dignas sequer de ocupar o lugar de objeto sexual. Além disso, a mestiçagem aqui se daria não somente no plano físico, mas também no plano cultural, já que todos ali são mestiços “em cor, vida e costumes”. Portanto, podemos dizer que a noção de mestiçagem cultural já se encontra presente no século XVI, ainda que não formulada da maneira que hoje fazemos. O que seria um mestiço de “vida e costumes” senão um mestiço cultural?

No capítulo que trata de “Como a terra da província Malabar se repartiu em reinos e estados, e o fundamento do estado do Samori e dalguas cousas dos naires e gente malabar”, novamente aparecem mestiços:

Habitam mais naquela província do Malabar dous gêneros de mouros: uns naturais da terra a que eles chamam naiteás, que são mestiços: quanto aos padres, da geração dos arábios, que no princípio começaram habitar, e por parte das madres, das gentias que tomaram por mulheres. Os quais, como são mestiços no sangue, assi o são na crença, e logo são conhecidos nos costumes, no traje e na pessoa, de que há um grande número que é a quarta parte da gente; porque, como os mouros são libertados per privilégio do Rei e podem-se tocar com todo o gentio nobre, o que não faz o povo, por razão desta liberdade fazem-se muitos mouros. O outro gênero de mouros são os estrangeiros, assi como os arábios, párseos, guzarates e outras muitas nações que concorrem ali por razão do comércio, que todos são homens de grande cabedal e tratam grossamente (BARROS, 1998, 1ª Década, Livro IX, Cap. III, p. 355).

Novamente temos aqui a noção de mestiçagem cultural: de pais árabes e de mães indianas, o mouros naiteás acabam por ser mestiços não só “no sangue”, mas também “na crença, e logo são conhecidos nos costumes, no traje e na pes-

soa”, isto é, da mestiçagem dos corpos se deriva a mestiçagem das culturas. Há também nesse trecho a menção ao mouro puro, o estrangeiro, que não se misturou. Portanto, a classificação de João de Barros não coloca os mouros todos no mesmo nível, mas os distingue de forma pela diferença racial e cultural, o que revela um olhar analítico, preocupado em distinguir e qualificar de forma precisa que encontra cada um dos povos que retrata.

No capítulo que conta “Como os mouros se fizeram senhores per conquista do reino Decão, e o Estado de Goa”, João de Barros narra como o Xá Nosaradim perdeu seu reino para Mamude-Xá, pois quando:

Xá Nosaradim faleceu na guerra em que andava, e seu filho, que o sucedeu, por razão dela, ficou tam desbaratado e sem forças pera contender com Mamude-Xá, e ele tam poderoso, que ousadamente se intitulou por Rei do Canará, chamando-lhe Decão. O qual nome dizem que lhe foi posto do ajuntamento das diversas nações que trazia, porque decani, quere na língua deles dizer mestiços, donde ficou aqueles povos, que ora habitam aquela terra, serem chamados decanis (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro V, Cap. II, p. 192-193).

A se acreditar na informação linguística de João de Barros, o Decão seria o reino dos mestiços. Portanto, a mestiçagem produz aqui toda uma cultura bem definida, a do Decão.

Os mestiços, por vezes, também eram designados como “pardos”. No capítulo “Como Tristão da Cunha partiu pera a Ilha Socotorá, e a descrição dela; e como tomou aos mouros uma fortaleza que nela tinham”, em dado momento, assim comenta João de Barros:

E a um dos primeiros que quis ir fazer esta obra [de jogar talhas sobre os mouros que se encontravam no chão], que era João Freire, page de Tristão da Cunha, ao saltar de um eirado em outro, foi morto per eles; na qual subida se achou trás ele Nuno Vaz de Castelo Branco e António de Liz, de Setúval, e Dinis Fernandes de Melo, filho bastardo de Gonçalo Vaz de Melo, o qual, posto que naquele tempo era pouco conhecido e estimado, por ser homem pardo nas cores, desta ida de Tristão da Cunha ficou havido por quam cavaleiro se ele sempre mostrou, como se verá adiante (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro I, Cap. III, p. 2).

Constata-se que Dinis Fernando de Melo, filho bastardo de Gonçalo Vaz de Melo, era “pouco conhecido e estimado, por ser homem pardo”. A sentença sugere que o fato de ser pardo levantava desconfiança entre os portugueses, apesar de ser filho de um deles e revelar-se homem de valor.

Outra designação para os mestiços era a de “baços”, essa mais recorrente que a de “pardo”. No capítulo “Como Tristão da Cunha partiu deste reino com uma grossa armada pera a Índia, e em sua companhia Afonso de Albuquerque, que ia por Capitão-mor de outra, que havia de andar na costa da Arábia; e o que fizeram no descobrimento da Ilha S. Lourenço”, assim diz, ao comentar uma angra tomada em Moçambique:

A qual angra é da parte do norte da ilha fronteira à terra de Moçambique; e por lhe o tempo não servir a irem ao porto Matutana, Tristão da Cunha a tomou, e, surto nesta angra, mandou a Job Queimado e a António do Campo, que nos seus batéis levassem a terra o mouro Bogimá, a ua povoação que ali estava, em que ele já fora, e seria dali três léguas pola angra ser mui penetrante, cuja vista, tanto que chegaram, fez vir logo a eles muita gente da terra, mouros na crença,

e negros de cabelo revolto em parecer, e alguns deles baços, por serem mestiços, os quais, vendo o mouro Bogimá, começaram falar com ele como com homem mui conhecido (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro I, Cap. I, p. 6).

Veja-se como baço e mestiço são sinônimos no trecho citado. No capítulo “Como Tristão da Cunha partiu pera a Ilha Socotorá, e a descrição dela; e como tomou aos mouros uma fortaleza que nela tinham”, João de Barros descreve a população local.

São homens geralmente bem dispostos, baços na cor, e as mulheres mais alvas, e mui baroís, assi na estatura e composição dos membros, como no seu exercício, porque também pelejam em qualquer afronta, como os mesmos maridos, donde há opinião que já em outro tempo viveram sem ter companhia dos homens, ao modo de amazonas. Somente pera haver geração, das naus que vinham ter àquela ilha haviam alguns; e quando tardavam, per feiteceria as faziam vir, pera haverem homens pera este efeito, ao que se pode dar crédito, assi por serem baroís, como por hoje serem ainda tam grandes feiticeiras, que fazem cousas maravilhosas (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro I, Cap. III, p. 19).

Aqui os homens e mulheres caracterizados como baços são tratados positivamente, sobretudo as mulheres, qualificadas como “mais alvas” e varonis. Outra referência positiva com a palavra baço aparece no capítulo “Em que se descreve a situação da Ilha Samatra e reinos dela, e de algumas cousas que nela aconteceram aos nossos; e a causa por que o Príncipe do Reino Pacém mandou à Índia pedir ajuda ao Governador contra um tirano, que lho tinha tomado”.

Os que habitam a parte contra o Sul, chamados sotumas, são mais conversáveis; e assi este gentio, como os mouros que vivem pelas fraldas da ilha que vezinham o mar, però que uns dos outros difrem na língua própria, quási todos falam malaio de Malaca, por ser a mais comum daquelas partes. E assi estes como os de dentro do sertão da ilha, todos são baços, de cabelo corrido, bem dispostos e de bom aspecto, e não do parecer dos jaus, sendo tam vezinhos, que é muito pera notar em tam pequena distância variar-se tanto a natureza. E principalmente chamando-se per nome comum toda a gente desta ilha jaus, por se ter entre eles por causa mui certa serem já os jaus senhores desta grande ilha; e primeiro que os chins, tiveram o comércio dela e da Índia (BARROS, 1998, 3ª Década, Livro V, Cap. I, p. 119).

O baço aqui não se refere a qualquer mestiçagem, mas sim ao fenótipo dos orientais da ilha de Sumatra, que, comparados com os da ilha de Java, próxima dali, são percebidos como muito diferentes. O fato é que são caracterizados como “bem dispostos e de bom aspecto”. Todavia, na descrição que João de Barros faz de Sultão Badur, rei de Cambaia, temos outro emprego valorativo da palavra baço:

Foi Soltão Badur de meã estatura; e por ser de largos e grossos membros, parecia mais pequeno do que era; da cor era baço por sua mãe ser resbuta, da nação do Gentio da terra, que geralmente são baços. Tinha o rosto largo, os olhos grandes e esbugalhados, e sempre inquietos, mas em sua acatadura não era mal assombrado. Foi mui ligeiro em saltar e correr, e prezava-se muito de ua leviandade que nem em pessoa particular merecia louvor, que era correr com grande ligeireza por cima das ameas de altos muros e torres, e convidando a isso outros, a que, porque o não faziam, chamava covardes. Falava mui bem três ou quatro línguas (BARROS, 1998, 4ª Década, Livro VIII, Cap. V, p. 509).

Vale notar que Sultão Badur é descrito quase como uma criança, pequeno de estatura, com olhos esbugalhados e inquietos, que se gabava de proezas banais e chamava de covardes os que não eram capazes de fazer tais proezas. É evidente a infantilização do sultão Badur (Bahadur Xá, que então governava Guzarate), que certamente não era nada infantil em suas ações militares. A menção de sua cor de pele, baça, entra aqui somente como elemento de tipificação do sujeito, já que era filho de uma “resbuta”, isto é, uma indiana oriunda de Cambaia ou Guzarate (BLUTEAU, 1712, p. 277).

De qualquer modo, tudo indica que “baço” designava, na língua de João de Barros, uma espécie de eufemismo de mestiço, uma forma elegante de dizer que alguém não era branco, pois o termo recobre tanto o fenótipo dos mestiços propriamente ditos como o fenótipo dos orientais de pele mais escura.

Mulatos

É curioso notar que, entre os mestiços, o que é designado de forma distintiva é apenas o “mulato”. Há cinco referências nas *Décadas da Ásia*. Como é sabido, mulato é a designação dada ao cruzamento de europeu com negro africano, este muitas vezes designado cafre². No capítulo em que se narra “Como o Hidalção com grã poder de gente veo cercar a cidade Goa; e do que Afonso de Albuquerque nisso fez, té deixar a cidade, recolhendo-se às suas naus, e nelas passou o inverno no rio de Goa”, aparece a figura do nobre Garcia de Sousa (capitão da nau Pequena Taforea e um dos participantes da conquista de Diu, em 1509), que salva o irmão bastardo mulato do ataque dos mouros:

Garcia de Sousa também no passo onde ele estava, por ser o mais principal, tinha feito uma grossa tranqueira, de que defendia aquele lugar; e posto que corressem ali muitos mouros, tanto os cansou, que tomaram por remédio pôr fogo à tranqueira. A qual, como começou arder, e não o podendo a gente sofrer, recolheu-se já com seu irmão Pero de Sousa morto e muita gente ferida. E estando quâsi recolhido em salvo, porque lhe disseram que ficava um homem de armas, mulato, o qual deziã ser seu irmão bastardo, tornou a ele, e com muito trabalho, por estar ferido, o salvou às costas. Parece que lhe dezia o espírito que este, que ali salvava com tanto perigo, em outro em que ele, Garcia de Sousa, gostou a morte, havia de ser testemunha da honra que ganhou naquele auto dela, como veremos no feito do escalamento da cidade Adem (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro V, Cap. V, p. 209).

O fato de o irmão de Garcia de Sousa ser bastardo e mulato dignifica ainda mais o seu ato de bravura, pois arriscou a própria vida por um homem de “segunda categoria”. Todavia, salva-o sobretudo, pelo que fica sugerido, por designio divino, pois só assim ele poderá no futuro testemunhar seus novos atos de bravura na tomada da cidade de Adem, narrados no capítulo em que se trata do “Como Afonso de Albuquerque cometeu tomar a cidade Adem à escala vista: e o que nisso passou, per onde não houve efeito tomá-la de todo”. Acuados em uma torre (cubelo) que haviam tomado ao inimigo, Garcia de Sousa resolve resistir até à morte:

2 Bluteau (1712) observa que a palavra “cafre” vem do árabe e designaria originalmente os que negam a unidade de um Deus, mas também se referiria àqueles povos que, no Congo, se casariam sem se preocupar com consanguinidade. Também designaria povos bárbaros, sem lei nem rei, mas reconhece que muitos povos considerados cafres possuem lei, rei e Deus, enumerando alguns povos africanos, notando que os mais violentos “são os mais negros de todos eles e trazem os cabelos corredios” (cf. BLUTEAU, 1712, p. 36).

A este tempo não ficaram por descer mais que Garcia de Sousa, que estava no cubelo com até dez pessoas, de que os principais eram: Gaspar Cão, Diogo Estação, de Évora, e um irmão bastardo dele, Garcia de Sousa, que no feito da entrada de Goa, na estância de Aires da Silva, salvara às costas, como escrevemos atrás; aos quais Afonso de Albuquerque, que estava de fora ao pé do cubelo, mandou que se descessem per uas cordas que Dom Garcia de Noronha lhe lançou com hastes de lanças atadas. E falando Afonso de Albuquerque contra Garcia de Sousa, que se descesse per aquelas cordas, per que os outros desciam, disse:

– Senhor, não sou eu o homem pera descer senão como subi; e pois me não podeis valer senão com ua corda, valha-me Deus com seu favor, que em lugar estou pera isso.

Parece que o espírito lhe revelava quanta conta el-Rei D. Manuel tinha com ele, Garcia de Sousa, pois com tanta constância quis sustentar este cubelo; porque nas primeiras naus que depois deste feito chegaram à Índia, sem el-Rei o saber, lhe mandava a capitania da fortaleza que Afonso de Albuquerque fizesse nesta cidade. E ainda parece ter ele alguma palavra del-Rei desta mercê, porque a noite que se faziam prestes pera sair em terra, chamou ele o mestre da sua nau e, tirando ua cadea do pescoço de cinquenta cruzados de ouro, lançou-lha, e mais deu-lhe cinco portugueses, moeda de ouro, que naquele tempo havia de a dez cruzados cada um, dizendo-lhe:

– Mestre, a minha honra está na vossa diligência. Peço-vos que assi seja tudo tam prestes e ordenado em o batel em que havemos de poiar em terra, que seja eu o primeiro que a tome, e isto vos dou em sinal do que vos hei-de fazer, se me esta honra derdes.

Assi que se pode por ele, Garcia de Sousa, dizer comprar a morte com ouro; e com outro ouro que deu ao irmão comprou a fama dos feitos que fez no auto de morrer; ca, vindo ele a este reino, foi testemunha, que, tanto que ele, Garcia de Sousa, respondeu a Afonso de Albuquerque, virou-se pera dentro, e como quem se oferecia ao que Deus fizesse dele, tomou um relicário que trazia ao pescoço, e disse a este irmão bastardo, que (como atrás escrevemos) era mulato:

– Esta peça te dou por herança, se me Nosso Senhor levar; e levando-te Deus ao reino de Portugal, dize a el-Rei nosso senhor quanto trabalhei por sustentar este cubelo, que em seu nome tomei; e se alguma mercê lhe por isso mereço, em ti será bem empregada (BARROS, 1998, 2ª Década, Livro VII, Cap. IX, p. 352).

Assim, a figura do irmão bastardo e mulato de Garcia de Sousa, que sequer tem nome próprio, serve apenas para enaltecer as ações heroicas deste, caracterizadas por um forte espírito abnegado e lusitano, como deveria ser um herói de guerra. O fato de deixar não só o seu ouro ao irmão, mas também os possíveis louros oriundos de sua ação abnegada e patriótica revela um caráter exemplar, do qual o benefício propiciado ao irmão (quer salvando-o, quer lhe deixando o legado de sua glória) é o elemento que mais dignifica o caráter de Garcia de Sousa, uma vez que um mulato, bastardo, não seria, *a priori*, na lógica desse momento histórico, merecedor de tais sacrifícios.

Um outro mulato, chamado Silva, aparece no capítulo de “Como Pate Sarangue, Regedor de Ternate, com ajuda de Vicente da Fonseca, fez que Cachil Daialo fosse despojado de seu Reino e posto em seu lugar Tabarija, seu irmão; e como fizeram que a mãe de Tabarija casasse com Pate Sarangue e a mulher de Cachil Daialo fugisse ao marido, para casar com Tabarija”.

E para ver aquele lugar [a tricheira cavada pelos turcos], mandou António da Silveira estes quatro homens: Fernão Rodrigues, Rodrigo Álvares, Duarte Pinto, e um homem mulato, de alcunha de Silva, que fossem saber se faziam mina, porque sentia bater no muro.

E descidos por cordas, acharam quatro turcos, que estavam com gente de serviço tirando pedra e calça já quebrada do baluarte, dos quais turcos mataram dous, e os outros se poseram em salvo, e eles se tornaram a recolher: e porque estes homens com a revolta da morte dos turcos não poderam ver bem o que lhe mandaram, e António da Silveira não perdia dali o sentido, mandou lá Paio Rodrigues de Araújo, alcaide-mor da fortaleza, a ver se faziam alguma mina por baxo da terra, o qual desceu abaxo por cordas, levando consigo quatro homens, e viu que não era mina; somente despejavam a pedra e calça das ruínas do baluarte (BARROS, 1998, 4ª Década, Livro X, Cap. XI, p. 668).

Dos quatro homens mandados por Antonio da Silveira, somente o mulato não aparece com nome e sobrenome, referido como “mulato”, “de alcunha de Silva”, sugerindo que esse não fosse seu verdadeiro nome. É um modo de distingui-lo dos outros, inferiorizando-o, já que primeiramente é identificado por seu fenótipo, e além disso não tem nome e sobrenome, mas alcunha, isto é, apelido.

A GRADAÇÃO DO PRECONCEITO

Nos dois casos em que aparece o termo “mulato”, constatamos que os indivíduos em questão são identificados por seu fenótipo e explicitamente rebaixados em relação às outras personagens históricas retratadas. Podemos, portanto, inferir que, na obra de João de Barros, entre os mestiços, o mulato é o mais estigmatizado no sentido literal da palavra: é aquele que se distingue dos outros mestiços; é o que mais sofre com os estigmas dessa distinção.

Se lembrarmos do emprego da palavra “baço”, geralmente aplicada aos tipos indianos ou mongóis de pele mais escura, muitas vezes representados de forma positiva, somos obrigados a constatar que de todos os grandes grupos étnicos com os quais os portugueses se depararam, o negro é certamente nessa altura o mais estigmatizado.

Lembremos, entretanto, que a distinção de maior peso para um homem como João de Barros não era se alguém era negro, mongol ou branco, mas se era cristão, mouro, judeu ou pagão. Enfim, o estigma mais negativo ainda era atribuído aos mouros. Os traços fenotípicos eram elementos secundários em relação à grande cisão entre a tradição judaico-cristã (os judeus tomados como hereges) e a tradição muçulmana.

Parte da empreitada colonial tinha por finalidade conquistar as terras aos mouros, onde quer que eles estivessem. E eles estavam em todo o mundo oriental. Todavia, as novas categorias com as quais o historiador tinha que trabalhar, classificando de forma precisa povos e crenças muito distintas das europeias, gerou um crescente exercício de alteridade que pode ser constatado na obra do cronista português.

A QUESTÃO DA EXPERIÊNCIA

Entramos agora num aspecto importante da obra de João de Barros: o fato de ele jamais ter viajado para o Oriente e elaborar toda sua narrativa a partir de

documentos, relatos de viagens, entrevistas com viajantes etc. Como foi observado, a única viagem que fez foi até Mina, na Guiné. No entanto, como tesoureiro das Casas da Índia, Mina e Ceuta, tinha acesso a toda correspondência oficial e privada entre Portugal e o Oriente, o que lhe propiciava uma visão privilegiada dos acontecimentos, ainda que labiríntica nas inúmeras tramas que ali se delinham entre vice-reis, padres e militares.

O outro, portanto, que se coloca aqui é literário, sem o lastro da experiência de um Luís de Camões ou de um Afonso de Albuquerque. Isso, no entanto, reforça a intenção de colocar-se numa postura de alteridade do cronista português. Ao tentar dar conta de uma infinidade de localidades, de histórias, de organizações sociais e políticas, de rotas comerciais, de costumes, de tipos físicos, João de Barros se vê diante da necessidade de classificar e nomear uma realidade muito vasta, que lhe é desconhecida no âmbito da experiência. Tudo o que possui são relatos e, portanto, se vê na contingência de descrever coisas que nunca viu e, para tanto, recorreu a toda e qualquer fonte que lhe chegava, como a de livros e manuscritos não europeus e não cristãos sobre a história e a geografia da Ásia. O historiador Charles R. Boxer (2002, p. 120-121), que fez o levantamento de tais textos, afirma que o cronista português pode utilizar em suas *Décadas* uma crônica árabe de Quíloa, na África Oriental, uma crônica de Ormuz, uma crônica dinástica em persa, uma biografia persa do mongol Timur, uma crônica persa sobre as origens dos mongóis, diversas crônicas de Guzerate, uma crônica do sultanato do Decão, uma crônica hindu de Vijayanagar, uma descrição estatística desse mesmo reino, uma *olas* sobre a história, costumes e religiões do Malabar, e vários textos e atlas chineses.

Ao deparar com o modo como o cristão aparecia nos relatos de árabes, chineses, hindus e mongóis, João de Barros se vê diante da clássica experiência do espelhamento, colocado no lugar do inimigo. O outro é sempre impuro, sujo, grosseiro, violento, irracional, herege, inculto, selvagem. Daí ser possível derivar, dentro do contexto humanista que vigorou no século XVI, a consciência de alteridade que seu texto revela, buscando tratar como digno do adjetivo “humano” a todos os povos contemplados em seu texto, até mesmo os mouros.

Como vimos, apesar de manter a defesa da supremacia cristã e branca, e hierarquizar as diversas formas de culturas e de traços fenotípicos, constatamos que a noção de mistura e de mestiçagem presente em seu texto é tanto física quanto cultural. Essa noção de mestiçagem *per se* acaba por questionar as identidades unívocas do cristão e do mouro.

Em nosso entendimento, esse foi o resultado maior de seu esforço, pois, se a ideia de que é necessário cristianizar a todo o mundo e ganhar a “guerra santa” contra os muçulmanos é mote ideológico do processo colonial, a existência de culturas oriundas de processos de mestiçagem passa a ser constatada, formalizada e enunciada nesse momento. Isso fez que a bipolaridade cristandade e maometismo passasse a concorrer com novas formas de classificação do mundo e das populações, instaurando as bases para uma nova forma de entender a ordem global e a própria noção de humanidade e de sujeito.

Quando o antropólogo Jean-Loup Amselle (1990), em *Logiques métisses*, constata que a mestiçagem na África colonial do século XX faz parte da própria lógica do sistema de constituição das identidades étnicas e políticas daqueles povos, ou quando o historiador Serge Gruzinski (2001) conclui, em *O pensamento mestiço*, que a mistura de diversas referências culturais presentes no

México do século XVI aponta para uma dinâmica identitária por vezes mais interessante que as matrizes que as constituíram, apresenta-se no horizontes desses intelectuais a possibilidade de pensar a mestiçagem como uma noção passível de ser empregada de forma ampla em diversos contextos, tendo consciência de que seu emprego é conceitualmente problemático e mesmo falacioso, uma vez que, no limite, não há “pureza” que não tenha em sua origem um processo de mestiçagem.

Observando como João de Barros emprega os termos que hoje estão relacionados à ideia de mestiçagem, também acabamos por constatar o quanto é difícil fazer qualquer generalização a partir de tal noção, ficando claro que o contexto histórico de enunciação define seus limites.

Isso nos leva a indagar sobre o sentido que essa noção tem nos dias de hoje, quando populações inteiras são assim designadas, geralmente de forma pejorativa. Vale a pena, a exemplo de Gruzinski, procurar imprimir um sentido positivo à mestiçagem, ou devemos tentar apagá-la de vez de nossa realidade atual, se é que isso é possível?

THE CHARACTER OF THE MESTIZO IN *DÉCADAS DA ÁSIA*, BY JOÃO DE BARROS

Abstract: *If it is a fact that the word “miscegenation” was not used in the sixteenth century, it is also true that the word “mestizo” appears in several texts in this period. Obviously its meaning was not, strictly speaking, the same assigned contemporaneously by anthropologists or historians, but it is very likely that some relationship has with it. The present work pursues this relationship, based on excerpts from *Décadas da Ásia*, by João de Barros.*

Keywords: *João de Barros. Portuguese literature. Miscegenation.*

REFERÊNCIAS

- AMSELLE, J.-L. *Logiques métisses*. Paris: Payot, 1990.
- BARROS, J. de. *Décadas da Ásia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Oxford: Centre for the Study of the Portugueses Discoveries, 1998. (Coleção Ophir, v. 5 de obras digitalizadas).
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- BOXER, C. R. *João de Barros – humanista português e historiador da Ásia*. Organização Teotónio R. de Souza. Porto: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2002.
- GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SARAIVA, A. J. Uma concepção planetária da história em João de Barros. In: SARAIVA, A. J. *Para a história da cultura em Portugal*. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 1996. v. II, p. 267-290.

Recebido em novembro de 2013.

Aprovado em fevereiro de 2014.